

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA AMAPÁ PREVIDÊNCIA – CIAP DO ANO 2025.

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, foi realizada a 18ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, por videoconferência, convocada através do Edital 35/2025-Processo Amprev nº 2025.168.901733PA. O coordenador Jocildo Silva Lemos deu início à reunião as catorze horas e seis minutos, saudou os presentes, foi feita a leitura dos itens 1, 2 e 3, edital, pauta e verificação de quórum pela secretária Francisca Cruz, membros presentes: Alexandre Flávio Medeiros Monteiro, Gláucio Maciel Bezerra, Jackson Rubens de Oliveira, José Milton Afonso Gonçalves, Jocildo Silva Lemos. Participação da diretora financeira da Amprev senhora Rayana Linhares e da colaboradora Maria Vitória dos Santos, chefe da divisão de investimentos da Amprev em substituição. **Item 4: Deliberação de investimentos no Fundo Tarpon Oportunidades Privadas FIP Multiestratégia, por proposição que será apresentada pelo conselheiro Gláucio Maciel Bezerra, em face da oferta Pública de distribuição da 2ª Emissão de cotas, cujo período de coleta de intenções de investimentos se encerrará no dia 15/09/2025.** O coordenador Jocildo Lemos leu o item de pauta e passou a palavra ao conselheiro Gláucio Bezerra, o qual agradeceu ao coordenador pela gentileza da inclusão do item de pauta solicitado, na sequência, falou que o fundo já foi apresentado ao comitê em duas ocasiões, sendo, na cidade de São Paulo na sede da gestora Tarpon e em reunião com o comitê em Macapá que na ocasião vieram os representantes da gestora, os senhores André de Escobar e Bruno Gebara, e o senhor Sullivan Diniz como distribuidor do produto, nessas apresentações foram ressaltadas um potencial desconto que a Amprev pode obter ao entrar nesse investimento em função da existência das cotas no mercado, pois a próxima avaliação desse fundo já virá com um ganho de rentabilidade em função dos ativos que já existem na carteira do fundo, ressaltou que, essa é a segunda emissão da cota do FIP, nesse sentido, considerou como uma oportunidade de obter o desconto nesse início, pois isso vai suavizar os efeitos da curva “J” na carteira de investimentos da Amprev, ressaltou que, o Tarpon é um produto campeão, e a gestora Tarpon nas suas apresentações mostrou que, já fizeram diversos desinvestimentos ao longo do tempo com rentabilidade média de 43% a.a., no agregado de suas estratégias que culminaram em desinvestimentos, essa rentabilidade não é algo que passe despercebido, e por esse motivo, solicitou a pauta para que o comitê avalie o investimento no fundo, nesse sentido, propôs a alocação de R\$ 50 milhões no fundo Tarpon Oportunidades Privadas FIP Multiestratégia, ressaltou ainda, que a estratégia de FIP é a estratégia mais vencedora da



carteira de investimentos da Amprev, pois tem muita convicção de que a gestora Tarpon considerando seu histórico de resultados obtidos, enxerga um potencial de 20% e 30% de rentabilidade nesse FIP, que é mais que o dobro que o CDI está pagando considerando as taxa de dez anos negociadas na bolsa de 13,4%, reiterou sua posição no potencial de ganho muito grande com a alocação nesse fundo, o qual é conservadora, ressaltou que, a política de investimentos da Amprev não só permite como tem espaço disponível para alocação em FIP, pois hoje só há alocação em FIP no plano financeiro com impacto total da carteira em apenas 2,25%, na sequência, indicou como origem do recurso o resgate da carteira administrada de títulos públicos federais marcados a mercado de gestão da Caixa Econômica, do plano previdenciário, pois entende que, o comitê precisa diminuir a estratégia de títulos públicos marcados a mercado, aproveitando o ganho de rentabilidade nesse período, mas os juros vão cair com o fechamento acentuado das taxas que já estão sendo projetadas por algumas instituições para o final de 2025 ou para o primeiro trimestre de 2026, nesse sentido, entendeu ser um momento oportuno para o comitê reestruturar algumas posições de títulos marcados a mercado, sendo a carteira da Caixa Econômica potencial para tanto, foram essas suas justificativas para proposição de investimentos já mencionada, na sequência, o coordenador Jocildo Lemos colocou para discussão a proposta de aplicação no fundo Tarpon Oportunidades Privadas FIP Multiestratégia, no valor de R\$ 50 milhões com recurso da carteira administrada de títulos públicos federais marcados a mercado de gestão da Caixa Econômica, do plano previdenciário, a colaboradora Maria Vitória dos Santos informou que a carteira da Caixa Econômica é do plano previdenciário e teve fechamento em julho de 2025 de R\$ 455.409.097,39 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões quatrocentos e nove mil noventa e sete reais e trinta e nove centavos), o conselheiro Alexandre Flávio Monteiro perguntou ao conselheiro Gláucio Bezerra se foi verificado o limite para aplicação nessa classe de ativo, o qual respondeu que, o limite estabelecido na política de investimentos para FIP pode alcançar um montante de 5% no plano financeiro, e que não há posição de FIP no plano previdenciário, podendo chegar no percentual máximo de 10% de alocação, ressaltou que, já houve aprovação de FIP que estão aguardando chamada de capital, mas essas posições não impactam no percentual a ponto de desenquadramento, o conselheiro José Milton Gonçalves falou que participou da apresentação do fundo e destacou sobre a taxa de administração, a qual é cobrada diferente da maioria das instituições que praticam esse tipo de ativo, pois consideram o valor chamado de capital e não o valor total assinado, o conselheiro Gláucio Bezerra confirmou a informação, pois no prospecto do fundo a informação é de que a taxa de gestão e de administração serão cobradas do valor da



71 chamada de capital e não do valor subscrito, considerou o entendimento do conselheiro
72 José Milton Gonçalves sobre essa questão, mas sua proposta de investimento ressalta a
73 confiança no gestor, entende também que a taxa de administração beneficia o fundo, mas
74 considerando o tamanho do resultado proposto pela operação, a cobrança da taxa de
75 administração pelo valor subscrito ou pelo efetivamente alocado no fundo não é
76 determinante considerando a proposta de valor do fundo, mas concordou que nesse
77 momento é um diferencial, o coordenador Jocildo Lemos perguntou ao conselheiro
78 Gláucio Bezerra qual o patrimônio líquido do fundo hoje, o qual respondeu que, houve
79 uma notificação da gestora Tarpon na qual fala sobre esse assunto, explicou que, caso o
80 comitê aprove a subscrição de R\$ 50 milhões, ficará condicionado a captação que o fundo
81 terá no mercado, nesse sentido, a Amprev não ultrapassará o limite de 15% de
82 participação do patrimônio do fundo dependendo dos investimentos que outros
83 institucionais farão no fundo, pois essa captação é restrita aos RPPS que entende ser uma
84 vantagem do fundo para a carteira previdenciária de longo prazo, exemplificou também,
85 caso a Amprev subscrever R\$ 50 milhões, e o fundo captar um volume de recurso que
86 não comporte os R\$ 50 milhões dos 15% do patrimônio do fundo, será desembolsado
87 somente o valor correspondente aos 15% do patrimônio do fundo, é o que diz a
88 notificação da gestora Tarpon enviada para conhecimento, na sequência, o conselheiro
89 José Milton Gonçalves falou que esse tipo de fundo tem que ter um fundo de reserva, e
90 propôs manter o valor na carteira da Caixa Econômica até que haja as chamadas de capital
91 que ocorrem em diferentes períodos, o conselheiro Gláucio Bezerra concordou com a
92 proposta, e que esse recurso na carteira da Caixa Econômica está marcado a mercado e o
93 que pode ocorrer é uma volatilidade, o conselheiro Jackson Rubens perguntou ao
94 conselheiro Gláucio Bezerra se o fundo ainda tem um patrimônio líquido fechado pois a
95 previsibilidade de captação do fundo era de R\$ 500 milhões, o qual respondeu que, a
96 gestora não sabe se captará esse volume, mas na notificação da gestora Tarpon há garantia
97 do gestor do fundo afirma que, os investimentos dos RPPS ficarão comprometidos no
98 volume do recurso que se enquadrarem no limite de 15% do patrimônio líquido do fundo,
99 o conselheiro Jackson Rubens falou que, se o recurso para enquadrar nos 15% for menor
100 que R\$ 30 milhões do ticket mínimo da política de investimentos do RPPS, o conselheiro
101 Gláucio Bezerra respondeu que, nesse momento, terão que confiar na captação do gestor,
102 e a subscrição só é confirmada no encerramento da captação, mas até esse momento o
103 comitê poderá cancelar a operação caso fique desenquadrada em relação à política de
104 investimentos do RPPS, mas não acredita que isso venha a acontecer, pois a gestora
105 Tarpon já tem um volume superior a R\$ 200 milhões captados, informação dada pelo



gestor Bruno em reunião na Amprev, o que já suportaria os R\$ 30 milhões, e ainda, a nota da gestora Tarpon vincula o limite de 15% na política de investimentos do fundo, na sequência, o coordenador Jocildo Lemos colocou para deliberação à proposta de aplicação no Fundo Tarpon Oportunidades Privadas FIP Multiestratégia, no valor de R\$ 50 milhões, recurso da carteira administrada de títulos públicos federais marcados a mercado de gestão da Caixa Econômica, do plano previdenciário, proposta aprovada por unanimidade. **Item 5: Avaliação de alteração da Política de Investimentos do exercício de 2025, por proposição que será apresentada durante reunião pelo conselheiro Gláucio Maciel Bezerra, em face da oferta pública de distribuição primária do Fundo BTG Hospitalidade Retorno Total FII, cujo período de coleta de intenções de investimentos se encerrará do dia 15/10/2025.** O coordenador Jocildo lemos leu o item de pauta e passou a palavra ao conselheiro Gláucio Bezerra, o qual agradeceu ao coordenador em pautar a matéria solicitada, e explicou que, a pauta envolve deliberação em investimento imobiliário que não se dará hoje, pois será uma novidade na carteira da Amprev, e será necessária alteração na política de investimentos para seguir nessa deliberação se for o caso, nesse sentido, justificou essa alteração para seguir nesse investimento, em resumo, o fundo está comprando hotéis que pertencem ao Banco BTG Pactual, e estão no balanço do banco com valor patrimonial da época da aquisição desses ativos e sem qualquer correção, nesse sentido, quando a primeira avaliação desse patrimônio do fundo ocorrer, já terá um saldo no valor de referência desses ativos, o fundo contratou um consultor exclusivo para assessorar o fundo nos assuntos específicos de hotéis, em apresentação já realizada na cidade de São Paulo, o consultor destacou que, estão trabalhando com desconto em torno de 20% na entrada desses ativos na carteira do fundo, esse desconto tem o poder de suavizar muito a curva "J" do FIP, e as perspectivas de mercado indicam uma redução da taxa de juros no final de 2025 ou no início de 2026, isso vai impulsionar o consumo, pois, se esse cenário base dado por praticamente todas as gestoras e instituições financeiras se concretizar nesse período, terá um aumento do faturamento específico do setor hoteleiro, nesse sentido, além do ganho inicial em função da reavaliação dos ativos que hoje estão marcados a valor patrimonial o fundo poderá ter resultado principalmente da performance desses ativos, ressaltou que, fez uma visita em um dos hotéis que fará parte da carteira do fundo chamado Puma, localizado no bairro Vila Nova Conceição na cidade de São Paulo, o gestor do fundo destacou que, a rentabilidade dos demais hotéis é muito semelhante variando alguma coisa em relação a esse benchmark, a unidade visitada tem taxa de ocupação superior a 70%, e o ganho do hotel incluem eventos de gastronomia, exposições de quadros e eventos corporativos, este



último representa 15% do faturamento do hotel, demonstrando que não se trata de operação somente de hospedagem de pessoas, e a possibilidade do desconto inicial pode significar uma vantagem muito grande aos institucionais com carteira previdenciária de longo prazo como a carteira da Amprev, nesse sentido, considerou ser uma inovação na tese de investimentos, e a oportunidade de entrar no investimento, o qual é o único produto dessa natureza com oferta pública aberta, pois não tem conhecimento nos últimos anos de oferta da mesma espécie, mas se tivesse aberta em momentos pretéritos, talvez não tivesse o mesmo potencial de hoje com perspectivas de queda da taxa de juros e com o dólar enfraquecendo frente ao real, o que pode facilitar o fluxo de turistas nas principais cidades do país onde os hotéis ficam localizados, diante do exposto, considerou que o comitê pode avaliar proposição ao Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá, de alteração do item 6.2. da política de investimentos, o qual trata da Estratégia de Alocação para o Exercício, essa estratégia prever alocação alvo de 0% para fundos imobiliários, mas que poderia ser acrescentado um percentual alvo em torno de 4% a 5% que considera um percentual conservador, pois a partir da entrada nessa tese outros produtos podem ser avaliados, nesse sentido, e consequentemente, reduzir o percentual do artigo 7º, I, a, de títulos públicos federais em função da expectativa de queda da taxa de juros que vai fazer essa estratégia “sofrer” um pouco, a estratégia alvo de títulos públicos hoje é de 46%, como exemplo, no plano financeiro há um percentual de participação no ano de 39,89% em títulos públicos federais, isso se justifica pelas mudanças no cenário macro econômico e estrutural do mercado, houve alta da juros de juros, mas agora há um movimento de queda o que vai trazer volatilidade para essa carteira e diminuir o potencial de remuneração principalmente para novas aplicações, nesse sentido, a sugestão é utilizar como origem o percentual de 5% do artigo 7º, I, a, de títulos públicos federais, no plano previdenciário o percentual de participação é de 33,13%, informação do demonstrativo de julho de 2025, e pelas condições de mercado considerou um momento oportuno para reestruturar a carteira em outros ativos e estratégia, foram essas suas considerações, na sequência, o coordenador Jocildo lemos entendeu que, a proposta primeiramente é de alteração da política de investimentos nos itens indicados com aprovação primeiramente neste comitê e posteriormente ser lavado ao conselho estadual de previdência, e ao final fazer a movimentação pretendida, entendimento confirmado pelo conselheiro Gláucio Bezerra que reiterou suas colocações sobre aplicação no fundo imobiliário, o conselheiro José Milton Gonçalves falou que, ouviu a proposta do conselheiro Gláucio Bezerra e perguntou sobre os percentuais informados de 46% e 39,89% em renda fixa, já que o RPPS deve ter no mínimo 60%, o



conselheiro Gláucio Bezerra respondeu que os percentuais informados se referiram somente a estratégia de títulos públicos federais do artigo 7º, I, a, da Resolução 4963/2021, mas o segmento de renda fixa o percentual é maior, em continuidade, o conselheiro José Milton Gonçalves propôs rever o limite de alocação de empréstimos consignados com as propostas a serem avaliadas em outra reunião para melhor discussão, nesse sentido, o coordenador Jocildo Lemos entendeu que a proposta é acrescentar à proposta do conselheiro Gláucio Bezerra, em retirar o percentual de 3% do empréstimo consignado na política de investimentos, o conselheiro Gláucio Bezerra concordou com a proposta, pois a carteira não será alterada nesse final de 2025, nesse sentido, não haverá nenhum efeito nessa estratégia, o conselheiro Jackson Rubens falou que os percentuais apresentados nas propostas podem ser utilizados, e ressaltou que a gestora Vinci apresentou nas reuniões técnicas um produto de investimentos em galpões, e que seria importante analisar esses produtos, e concordou em utilizar 3% do percentual empréstimo consignado e 2% da estratégia de títulos públicos, o conselheiro Alexandre Flávio Monteiro falou que ouviu atentamente as propostas e discussões, mas que o contratado que elaborou os estudos de ALM apresentados nos dois últimos exercícios, destacou que, a carteira da Amprev não tem investimento em fundo imobiliário e ressaltou esse ponto como um elogio, e a discussão da redução ou extinção da previsibilidade de investir em empréstimo consignado e alocar recurso em fundo imobiliário pode haver resistência no conselho estadual de previdência, pois esta é uma matéria que deve haver preparação para o debate, tem conhecimento do fundo do BTG Pactual, pois foi apresentado ao comitê nas reuniões técnicas, e perguntou ao conselheiro Gláucio Bezerra se o fundo é fechado, a saída pode ocorrer a qualquer tempo, faz distribuição de aluguéis mensal aos cotistas, em síntese, qual o regime de operação do fundo, qual o valor a ser aplicado, origem do recurso e plano, o conselheiro Gláucio Bezerra respondeu que não abordou isso na apresentação da proposta, mas o que gostou na proposta do fundo é que tem prazo de duração determinado de oito anos, ao final desse tempo o capital será devolvido aos investidores, o desconto inicial será de 20% na avaliação do valor do ativo, há a questão de mercado também, mas esses hotéis vem performando muito bem conforme apresentação, e os ativos já existem e nada será construído do zero, sobre o valor a ser aplicado, plano e recurso, só será possível após aprovação da estratégia no conselho deliberativo, o conselheiro Alexandre Flávio Monteiro falou sobre a questão da ALM – Asset Liability Management, o conselheiro Gláucio Bezerra falou que a ALM não é empecilho, mas é um indicador baseado nas estratégias gerais, mas considerou suas colocações já apresentadas sobre o produto apresentado para investimento, em discussão



sobre as propostas apresentadas, o conselheiro Alexandre Flávio Monteiro falou que, levar a proposta de zerar o limite do empréstimo consignado ao colegiado é ruim, pois essa estratégia foi uma luta para aprovação, e considerou retirar esse limite de outra estratégia, o conselheiro Gláucio Bezerra ressaltou que, sua proposta inicial é retirar o percentual exclusivamente do limite de títulos públicos federais do artigo 7º, I, a, que tem limite suficiente e as alocações efetivas nessa estratégia não estão nem próximas da estratégia alvo, o conselheiro José Milton Gonçalves concordou com as colocações do conselheiro Alexandre Flávio Monteiro, e retirou sua proposta inicial, mas considerou em realizar um estudo mais detalhado, principalmente, a partir da fala do conselheiro Jackson Rubens, o qual observou a possibilidade de investimento em outro fundo já apresentado ao comitê, pois entendeu que, nas propostas há uma expectativa de valor, e a movimentação da estratégia deve ser baseada nessa expectativa, nesse sentido, deve haver calma para tomar essa decisão para que não prejudique a possível aprovação da política no conselho de previdência, o conselheiro Gláucio Bezerra pediu vênia ao conselheiro José Milton Gonçalves, mas não ver como adequado o comitê de investimentos levar proposta de alocação de recurso ao conselho de previdência para deliberar, pois não vinculou, mas somente sugeriu e considerou como base o fundo imobiliário ofertado pelo Banco BTG Pactual, mas sem indicar recurso, essa deliberação será posteriormente e com a possibilidade de avaliação de produto do mesmo segmento proposto pelo conselheiro Jackson Rubens, entendeu que, o estudo deve ser feito posteriormente, pois nesse momento considerou deliberar somente a aprovação de alteração da política de investimentos, o conselheiro José Milton Gonçalves explicou que, não se referiu a uma aplicação específica, mas entendeu que a indicação de um percentual representa um valor, o coordenador Jocildo Lemos ressaltou que, o percentual do limite aprovado será de até o limite e dentro das oportunidades das propostas, o conselheiro Jackson Bezerra falou que essa estratégia é pertinente e acompanham a evolução do mercado, citou as propostas do BTG Pactual e Vinci Compass apresentadas nas reuniões técnicas do primeiro semestre, nesse sentido, em relação ao estudo de ALM tem a previsibilidade de acerto, mas o mercado é evolutivo, e, em determinado momento o investimento não era boa avaliação pela ALM, mas há um novo momento que entendeu ser dinâmico para aplicar ou não, e a proposta deve ser levada ao conselho de previdência, ao final, o conselheiro Gláucio Bezerra considerou as discussões e resumiu a proposta, sendo, abrir a estratégia de fundos imobiliários do item 6.2 da política anual de investimentos do RPPS do Estado do Amapá, exercício de 2025, definir 5% em estratégia de fundos imobiliários do artigo 11, esse percentual será retirado da estratégia de títulos públicos federais do artigo 7º, I,



a, diante da proposta apresentada, o coordenador Jocildo Lemos colocou a proposta para deliberação dos membros, a qual foi aprovada por unanimidade, com encaminhamento ao conselho de previdência para sua apreciação. **Item 6: O que ocorrer.** O conselheiro Jackson Rubens falou sobre a notícia de negativa do Banco Central sobre a negociação entre o Banco Master e BRB, pois na reunião com o Banco Master foi colocado pelos mesmos que essa negociação seria para dar mais solidez ao Banco Master, nesse sentido, sugeriu acompanhamento e solicitar informações diante da negativa da negociação, o conselheiro Gláucio Bezerra concordou com a proposta do conselheiro Jackson Rubens, o coordenador Jocildo Lemos falou que, sobre o Banco Master foram feitas reuniões com os conselho de previdência e fiscal, e com os representantes do banco, foi feita auditoria pelo Ministério Público do Estado do Amapá, e o resultado foi que não houve irregularidade no que foi feito em julho de 2024, sobre a negativa da transação pelo Banco Central há manifestação do Banco BRB e o mesmo fará novo pedido, e como gestor preocupasse com as notícias sobre o Banco Master, mas na reunião com seus representantes falaram sobre a solidez, liquidez e a transação em andamento com o Banco BRB, mas fará as solicitações de informações ao Banco Master com as opiniões dos conselheiros, na sequência, falou das reuniões técnicas e proposta enviada pela secretaria para conhecimento e posterior manifestação. E nada mais havendo, as quinze horas e catorze minutos, o coordenador Jocildo Silva Lemos encerrou à reunião, da qual eu, Francisca da Silva Cruz lavrei a presente ata que após aprovada, vai assinada pelos membros presentes. Macapá, 9 de setembro de 2025.

Alexandre Flávio Medeiros Monteiro: _____
Membro, representante do Conselho Estadual de Previdência – AMPREV

Gláucio Maciel Bezerra: _____
Membro, representante do Conselho Estadual de Previdência – AMPREV

Jackson Rubens de Oliveira: _____
Membro, representante do Conselho Estadual de Previdência – AMPREV

José Milton Afonso Gonçalves: _____
Membro, representante dos servidores da Amapá Previdência – AMPREV

Jocildo Silva Lemos: _____
Membro, representante da Diretoria Executiva da Amapá Previdência – AMPREV

Francisca da Silva Cruz _____
Secretária do CIAP/AMPREV

